



# ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**DESIGUALDADES E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

MAI / JUN 2018

NÚMERO 16

# ÍNDICE

## TÍTULO

DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

## EDIÇÃO E PROPRIEDADE

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

## CONSELHO EDITORIAL

CARLOTA BICHO, FRANCISCA MAGANO,  
JOÃO PEREIRA, PEDRO CRUZ, RITA LEOTE

## COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

ALEXANDRE ABREU, MARIANA HANCOCK,  
CATARINA LOPES, ELIANA MADEIRA,  
KARINA CARVALHO, JOACINE KATAR  
MOREIRA, SANDRA FARIA ARAÚJO,  
STÉPHANE LAURENT, PEDRO CRUZ

## DESIGN GRÁFICO

ANA GRAVE

## ISSN

2182-8199

## DATA

JUNHO 2018

## CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA

DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,  
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /  
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /  
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD  
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /  
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

## 3 EDITORIAL

## 5 DOSSIER 'DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL'

5 O FUTURO QUE QUEREMOS É MENOS DESIGUAL  
*Alexandre Abreu*

8 MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: PARTILHAR A VIAGEM  
*Mariana Hancock*

10 OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS, OPORTUNIDADES DE VIDA  
– IMPACTO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADOS  
*Catarina Lopes*

12 MULHERES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
*Eliana Madeira*

14 POR UM MUNDO MAIS SUSTENTÁVEL, MAIS FELIZ E MAIS SEGURO  
*Karina Carvalho*

16 ENTREVISTA: À CONVERSA COM JOACINE KATAR MOREIRA  
*Entrevista realizada por Carlota Bicho*

17 RECURSOS

## 18 EM REDE

SALVAGUARDAR O FUTURO PARA QUE NINGUÉM – NEM OS  
MAIS VULNERÁVEIS – SEJA EXCLUÍDO DO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO  
*Sandra Faria Araújo*

## 20 BOAS PRÁTICAS

COMÉRCIO JUSTO: DAS LUTAS CONTRA AS DESIGUALDADES  
ÀS LÓGICAS DE MERCADO  
*Stéphane Laurent*

## 22 INICIATIVA

O PROJETO EUROPA NO MUNDO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES  
*Pedro Cruz*

## 25 PUBLICAÇÕES

*Inequality – (noun) the unfair situation in society when some people have more opportunities, money, etc. than other people. Cambridge Dictionary*

“Desigualdades e Desenvolvimento Sustentável” é o tema que o número XVI da Revista da Plataforma das ONGD propõe à reflexão. Os conceitos “desigualdades” e “desenvolvimento sustentável” não são novos e a sua ligação é por demais evidente porque a persistência e agravamento do primeiro não permite a concretização do segundo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, “Reduzir as Desigualdades”, constituiu, por si, um marco histórico porque se assume, pela primeira vez, como um problema de desenvolvimento global. Para conciliar as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) não basta melhorar em termos médios, é necessário ter em conta o conjunto da distribuição. Este contexto é-nos proporcionado pelo Professor do ISEG, Alexandre Abreu, no artigo inicial do Dossier intitulado “O futuro que queremos é menos desigual”.

A Agenda 2030 constitui-se como um plano de ação que reforça a interdependência dos seus objetivos e, nesse sentido, as escolhas dos artigos desta revista procuraram ir além da tradicional abordagem às desigualdades, porque se constata que estas têm aumentado nas últimas décadas, em diversos domínios. O Dossier completa-se com abordagens a partir do contributo de quatro organizações: o Graal, a FEC, a Transparência e Integridade e a Cáritas Portuguesa.

Eliana Madeira, do Graal, aborda o papel das mulheres no desenvolvimento sustentável, não deixando de assinalar as insuficiências registadas em diversos domínios da vida pública e privada, propondo “educarmos os olhares, para que se tornem, em todas as situações, interrogativos e críticos.” Catarina Lopes, da FEC, partilha

o roteiro de diversos projetos de educação e de processos de formação como janelas de oportunidade para a mudança a partir da melhoria da qualidade dos serviços. Karina Carvalho, Diretora Executiva da Transparência e Integridade, reflete sobre a limitada acessibilidade à justiça e a corrupção como fatores de desigualdades e que minam o desenvolvimento. Mariana Hancock, da Cáritas Portuguesa, procura demonstrar as ligações entre migrações e desenvolvimento, pois a globalização também se caracteriza por uma nova era de mobilidade humana.

Esta edição inclui ainda uma entrevista à Investigadora do CEI ISCTE-IUL Joacine Katar Moreira, que aborda discriminação racial como fator histórico e estrutural de desigualdade.

A experiência de uma organização que tem no seu ADN o envolvimento das pessoas que vivenciam a pobreza e a desigualdade é-nos trazida por Sandra Araújo, Diretora Executiva da EAPN Portugal, na rubrica Em Rede.

No capítulo Boas Práticas, Stéphane Laurent, do CIDAC, apresenta a forma como o Comércio Justo conjuga práticas comerciais alternativas e processos educativos como meios de lutar contra as desigualdades, dando enfoque à problemática da certificação dos produtos.

Por último, Pedro Cruz fala-nos da campanha do Projeto Europa no Mundo, que tem como foco precisamente o Combate às Desigualdades.

Estes artigos são complementados com sugestões de recursos e publicações. Boas leituras!

**JOÃO PEREIRA**

MEMBRO DA DIREÇÃO DA PLATAFORMA  
PORTUGUESA DAS ONGD







## O FUTURO QUE QUEREMOS É MENOS DESIGUAL

ALEXANDRE ABREU

PROFESSOR DO ISEG E INVESTIGADOR DO CENTRO DE  
ESTUDOS SOBRE ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA LATINA

A inclusão na Agenda 2030 de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) especificamente dedicado à redução das desigualdades foi um marco histórico. Com a consagração do ODS 10, as desigualdades, tanto dentro dos países como entre eles, foram pela primeira vez assumidas plenamente como um problema de desenvolvimento global e não como uma mera preocupação acessória. Este reconhecimento complementa e supera a preocupação com a eliminação da pobreza da mesma forma que, em finais do século XX, o combate à pobreza veio complementar e superar o problema do crescimento económico como preocupação fundamental do desenvolvimento global. O crescimento económico por si só não basta, mas a redução da pobreza, por mais importante que seja, também não é suficiente. Para conciliar prosperidade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental, não bastam melhorias em termos médios, nem basta assegurar o mínimo aos mais destituídos: é necessário ter em conta o conjunto da distribuição.

Temos boas razões para pensar desta forma. No plano da coesão social, o argumento resulta da constatação que os seres humanos não vivem isoladamente mas em sociedade, e que por isso mesmo a realização das suas capacidades depende da possibilidade de funcionarem

de forma plena no contexto social em que se inserem. Nos últimos anos, várias obras influentes<sup>1</sup> têm mostrado que a desigualdade não é uma mera questão de maior ou menor acesso a recursos por parte de diferentes indivíduos: é uma relação social que afeta a dignidade, a autoestima, a saúde e a longevidade. As sociedades mais desiguais exibem uma maior incidência de um vasto conjunto de problemas que vão do abuso de drogas à obesidade, violência, criminalidade e problemas diversos de saúde física e mental. A desigualdade mina a confiança entre as pessoas, aumenta os níveis de ansiedade e fomenta práticas nocivas contra os outros e contra si mesmo.

'A DESIGUALDADE NÃO É  
UMA MERA QUESTÃO DE  
MAIOR OU MENOR ACESSO  
A RECURSOS POR PARTE DE  
DIFERENTES INDIVÍDUOS: É UMA  
RELAÇÃO SOCIAL QUE AFETA A  
DIGNIDADE, A AUTOESTIMA, A  
SAÚDE E A LONGEVIDADE'

Conhecemos também cada vez melhor os impactos negativos da desigualdade sobre a prosperidade económica. Maior desigualdade de resultados – ao nível do rendimento, por exemplo – está associada a maior desigualdade de oportunidades, impedindo as socie-

dades de utilizarem da melhor maneira os talentos e capacidades dos seus membros. A desigualdade de rendimento afeta também a prosperidade por via da procura agregada: os indivíduos e grupos mais ricos gastam uma menor proporção do seu rendimento do que os que têm menores rendimentos, pelo que a acumulação de riqueza no topo tende a constranger a procura e a ter um efeito de estagnação. Para além disso, a desigualdade de rendimento está ainda associada à instabilidade financeira, na medida em que fomenta o endividamento dos grupos de menores rendimentos e os investimentos especulativos por parte dos mais ricos.

'FELIZMENTE, TAMBÉM A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE NÃO TEM NADA DE INEVITÁVEL. CONHECEMOS ATÉ BASTANTE BEM O QUE DEVEMOS FAZER PARA REDUZIR AS DESIGUALDADES, TANTO ASSIM QUE VÁRIOS DESSES PASSOS NECESSÁRIOS ESTÃO CONSAGRADOS COMO METAS DA AGENDA 2030 NO ÂMBITO DO ODS 10'

Finalmente, mas não menos importante, é evidente a relação entre a desigualdade e os desafios da sustentabilidade ambiental. É do conhecimento geral que é impossível generalizar os padrões atuais de consumo e utilização de recursos das sociedades mais ricas ao conjunto do planeta. O problema que se coloca passa por garantir o acesso universal à água, energia, alimentação, habitação, saúde, educação e restantes elementos necessários a uma existência digna sem exceder os diversos limites do planeta com que estamos confrontados, das alterações climáticas à perda de biodiversidade, acidificação dos oceanos ou desflorestação<sup>2</sup>. Isso exigirá inevitavelmente modelos de desenvolvimento menos desiguais, entre os diferentes países e dentro de cada um deles.

Dito isto, temos razões para nos preocuparmos. Pensou-se durante bastante tempo que a relação entre a prosperidade e a

desigualdade assumia a forma de um U invertido, a chamada 'curva de Kuznets': as sociedades tornar-se-iam primeiro mais desiguais ao crescerem e se desenvolverem, mas numa fase posterior o nível de desigualdade tenderia novamente a reduzir-se. Sabemos hoje que essa tendência de evolução, baseada na realidade das economias avançadas nas décadas após a 2ª Guerra Mundial, não tem nada de inevitável. Nas décadas mais recentes, a desigualdade tem vindo a aumentar na maioria das sociedades, incluindo em muitas daquelas onde antes se atenuara. Para isso têm contribuído transformações tecnológicas, o aprofundamento da globalização, mas também, crucialmente, opções políticas.

Felizmente, também a construção social da desigualdade não tem nada de inevitável. Conhecemos até bastante bem o que devemos fazer para reduzir as desigualdades, tanto assim que vários desses passos necessários estão consagrados como metas da Agenda 2030 no âmbito do ODS 10: adotar políticas fiscais, salariais e de proteção social adequadas; eliminar leis, políticas e práticas discriminatórias; regular e controlar as instituições e mercados financeiros; facilitar a mobilidade global das pessoas; estimular os fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e investimento com destino aos países mais necessitados, especialmente os países menos avançados.

A inclusão da redução das desigualdades na Agenda 2030 constitui um avanço inegável, sendo relevante que tenha sido assegurada principalmente por pressão negocial do G77, o grupo que articula os interesses de 134 países em desenvolvimento (e da China) no contexto das Nações Unidas. Sendo certo que a concretização é de longe o mais difícil, o reconhecimento a este nível constitui um recurso discursivo importante e reflete uma atenção crescente a este problema que, à escala nacional, a Plataforma das ONGD em boa hora vem reforçar com a escolha da temática deste número.

<sup>1</sup> COMO O LIVRO O ESPÍRITO DA IGUALDADE DOS EPIDEMIOLOGISTAS BRITÂNICOS RICHARD WILKINSON E KATE PICKETT (PRESENÇA, 2010), OU A OBRA NÃO EDITADA ENTRE NÓS THE KILLING FIELDS OF INEQUALITY (POLITY PRESS, 2013), DO SOCIÓLOGO NORUEGUÊS GÖRAN THERBORN.

<sup>2</sup> VEJA-SE O LIVRO DE KATE RAWORTH, ECONOMIA DONUT. SETE FORMAS DE PENSAR COMO UM ECONOMISTA DO SÉCULO XXI, TEMAS & DEBATES, 2018.







## MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: PARTILHAR A VIAGEM

MARIANA HANCOCK  
ADVOCACY, CÁRITAS PORTUGUESA

Para a Cáritas, o respeito pelos direitos humanos e a segurança ao longo da “viagem” migratória é uma preocupação central. É fundamental para qualquer política haver uma abordagem ética e centrada na pessoa. Quando falamos em desenvolvimento, ou desenvolvimento humano integral, a Cáritas refere-se primeiramente ao desenvolvimento da pessoa individual.

A globalização tem sido acompanhada por uma nova era de mobilidade. As migrações são cada vez mais analisadas como uma ferramenta de desenvolvimento. Embora as migrações em larga escala por necessidade possam ser vistas, em primeiro lugar, como uma falta de desenvolvimento, o fenómeno também pode contribuir para alguns níveis de desenvolvimento subsequentes.

A coerência das políticas, mais do que uma tendência de discurso, é, na realidade, uma solução chave: a coerência assegura que os impactos externos de políticas nacionais ou da UE, sejam elas sobre comércio, migração, desenvolvimento ou outras, não minem os propósitos e objetivos da cooperação para o desenvolvimento. Uma política que não seja prejudicial ao nível interno poderá ter um impacto negativo no desenvolvimento em outros países. Estas opções políticas ilustram a natureza fundamental do discurso sobre migrações e desenvolvimento. A relação entre políticas de migração e desenvolvimento é sem dúvida complexa, às vezes contraditória e muitas vezes desafiante.

Durante as últimas décadas, o número de governos que têm adotado medidas para gerir as migrações tem aumentado significativamente. Desde os anos 70 que países, tanto das regiões mais como das menos desenvolvidas, têm tentado reduzir a imigração. Apesar de os países estarem gradualmente a impor

medidas de imigração mais restritas, um número crescente de países está a procurar simultaneamente aliviar a escassez de trabalho promovendo a migração de determinadas categorias de migrantes, em particular os altamente qualificados.


O facto de a maioria dos migrantes se movimentarem apesar das persistentes barreiras à sua entrada, mostra a incompatibilidade entre as abordagens restritivas e um mundo que está a avançar em direção à crescente liberalização de outros fluxos. É esta inconsistência que é em grande parte responsável pelo grande aumento do número de imigrantes em situação irregular e o surgimento de áreas de trânsito de migrantes. Isto também fornece terreno fértil para um dos crimes mais graves contra os direitos humanos: o tráfico de seres humanos transfronteiriço. O aumento de tais situações evidencia a necessidade de promover acordos mais amplos entre os países para garantir uma melhor governança da migração internacional, para promover o pleno respeito pelos direitos dos migrantes, assim como dos refugiados, e reconhecer o papel fundamental da sociedade civil na formulação de medidas de migrações humanas.

'O FACTO DE A MAIORIA DOS MIGRANTES SE MOVIMENTAREM APESAR DAS PERSISTENTES BARREIRAS À SUA ENTRADA, MOSTRA A INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS ABORDAGENS RESTRITIVAS E UM MUNDO QUE ESTÁ A AVANÇAR EM DIREÇÃO À CRESCENTE LIBERALIZAÇÃO DE OUTROS FLUXOS.'

A Cáritas tem acompanhado, com particular atenção, os processos de negociação dos Pactos Globais das Nações Unidas sobre Refugiados e para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, e tomado um posicionamento sobre os mesmos com base na sua visão de desenvolvimento (integral humano). Promove e dinamiza, ainda, em todo o mundo, incluindo Portugal, a Campanha “Partilha a Viagem”, cuja Semana de Ação decorrerá de 17 a 24 de junho, e sobre a qual convidamos todos a saber mais em [www.caritas.pt](http://www.caritas.pt).





 **caritas**  
international.be



## OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS, OPORTUNIDADES DE VIDA – IMPACTO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADOS

CATARINA LOPES  
FEC ONGD PORTUGUESA

A educação e os processos de formação constituem janelas de oportunidades para mudanças sociais, culturais, políticas e económicas, sobretudo quando são oferecidas de forma estruturada em contextos vulneráveis. O roteiro apresentado pela FEC e parceiros dá sinais positivos do relevo destes projetos e ilustra o papel que projetos de educação/formação têm no desenvolvimento para contrariar o ciclo intergeracional da pobreza.

Na **Guiné-Bissau**,<sup>1</sup> o aumento da cobertura escolar traduziu-se em mais de 300.000 alunos no sistema educativo cujo desequilíbrio evidenciou-se com a escassez de professores qualificados (3.874) e incapacidade de formar professores em tempo útil para colmatar esta procura (média 200 futuros professores/ ano para uma necessidade de 430 professores).<sup>2</sup> O **Programa de Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau** ofereceu um programa estruturado para 3 718 agentes educativos, com escassas oportunidades de formação. A título de exemplo, as mudanças tornaram-se visíveis a partir da perceção que os diretores tiveram sobre dados estatísticos e abandono escolar. Após saberem “ler os números da sua escola” e entenderam que estes eram reflexo da sua esfera de atuação, desenvolveram estratégias junto das famílias.

A oportunidade de uma criança ser protegida constitui um privilégio para poucas crianças em situação de risco. Em 2015, existiam apenas 17 centros de acolhimento,<sup>3</sup> 2 vocacionados para acolher crianças com deficiência. O projeto **Bambaran di Mininu: Observatório Nacional dos Direitos das Crianças** centrou-se em profissionais; serviços de qualidade para crianças; aceitação social da diferença. A equipa técnica esteve inserida em sessões de supervisão formativa (avaliação funcional das crianças; aplicação de instrumentos junto das crianças; formação de educadoras e amas e em educação parental). O vazio institucional adequado à realidade de crianças institucionalizadas e com deficiências exige uma presença formativa contínua junto dos técnicos, de forma a esbater as crenças culturais associadas a demonização da criança. Em termos práticos: 32 das 55 das crianças da Casa Acolhimento frequentavam a escola e destas 24 foram aprovadas. Do testemunho das 24 amas em formação, salientaram que a formação teve impacto no trabalho com as crianças, na comunidade e nas suas próprias famílias.<sup>4</sup>

'A EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONSTITUEM JANELAS DE OPORTUNIDADES PARA MUDANÇAS SOCIAIS, CULTURAIS, POLÍTICAS E ECONÓMICAS, SOBRETUDO QUANDO SÃO OFERECIDAS DE FORMA ESTRUTURADA EM CONTEXTOS VULNERÁVEIS.'

Em **Moçambique**, a intervenção da FEC e da Associação Khandlelo tem-se centrado nos problemas e recursos existentes no Bairro de Xipamanime, em Maputo.<sup>5</sup> Em 2012, iniciou-se o processo de formação da equipa da associação, passando pelo apoio no processo de formação de jovens do bairro na área do empreendedorismo e formação profissional. Atualmente o mapeamento das necessidades centrou a ação na formação de profissionais de educação de infância e no reforço dos jardins-de-infância do bairro.

O elemento comum aos projetos deste roteiro é uma resposta formativa para superar as necessidades e problemas locais,





sempre em rede de entidades e pessoas e integrados em diversas dimensões. Não obstante, é preciso lucidez para reconhecer que as mudanças apenas são interiorizadas quando se transformam em rotinas, pelo que a mais-valia dos processos educativos devem ser regulares no tempo, para que se gere desenvolvimento.

<sup>1</sup> PARA MAIS INFORMAÇÃO SOBRE OS PROJETOS NA GUINÉ-BISSAU, CONSULTAR: [HTTP://WWW.FECONGD.ORG/O-NOSSO-TRABALHO/GUINE-BISSAU/](http://www.fecongd.org/o-nosso-trabalho/guine-bissau/)

<sup>2</sup> MICS 2010

<sup>3</sup> MAPEAMENTO UNICEF 2015

<sup>4</sup> PARA ILUSTRAR, TESTEMUNHOS DAS AMAS: “APRENDEMOS COMO CUIDAR DAS CRIANÇAS DEFICIENTES, A DAR ALIMENTAÇÃO (...), QUE NÃO PODEMOS MALTRATAR, GRITAR ... DEVEMOS DAR EXEMPLO, SER MODELOS. AGORA TAMBÉM FAZEMOS ISSO NAS NOSSAS CASAS”; “MUDAMOS MUITO DEPOIS DA FORMAÇÃO. APLICAMOS NO DIA-A-DIA COM OS NOSSOS FILHOS E EXPLICAMOS A OUTRAS PESSOAS DA COMUNIDADE “ ” FOI MUITO IMPORTANTE TER FORMAÇÃO SOBRE COMO CUIDAR CRIANÇAS SEROPOSITIVAS NA CASA.”

<sup>5</sup> PARA MAIS INFORMAÇÃO SOBRE AÇÕES NO BAIRRO DE XIPAMANIME CONSULTAR [HTTP://WWW.FECONGD.ORG/O-NOSSO-TRABALHO/MOCAMBIQUE/](http://www.fecongd.org/o-nosso-trabalho/mocambique/). PARA ILUSTRAR, TESTEMUNHO DA HORTÊNSIA JOSÉ QUE FREQUENTOU OS CURSOS DE EMPREENDEDORISMO: ENTREI NO PROJETO “XIPAMANIME EMPREENDEDOR” POR MEIO DAS MINHAS VIZINHAS QUE COMENTARAM SOBRE OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO (...). TUDO COMEÇOU A MUDAR QUANDO FUI CHAMADA A FAZER O CURSO DE FORMAÇÃO HUMANA. DIAS DEPOIS RECEBI UMA LIGAÇÃO A CONVIDAR-ME PARA PARTICIPAR NUM CURSO DE EMPREENDEDORISMO E FOI ENTÃO QUE NOTEI QUE O PROJETO ERA MESMO UMA VERDADEIRA OPORTUNIDADE. O SIMPLES FACTO DE TER SAÍDO A SABER QUE EU MESMA TINHA DE CORRER ATRÁS DE OPORTUNIDADES E SABER AGARRAR ESSAS MESMAS OPORTUNIDADES, JÁ TINHA SIDO UMA GRANDE LIÇÃO PARA MIM. JÁ NEM DIGO O FACTO DE TER DESCOBERTO SER UMA PESSOA PRECIOSA MESMO PASSANDO POR SITUAÇÕES DIFÍCEIS.

## MULHERES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ELIANA MADEIRA

COORDENADORA DE PROJETOS – GRAAL

*“Não se acomodem ao mundo como é, à sociedade como a encontram, à vida como vo-la mostram” Maria de Lourdes Pintasilgo, in Palavras Dadas 2005*

As questões da condição e do estatuto das mulheres na sociedade ganharam uma visibilidade crescente nas últimas décadas, tanto na esfera do poder político, como na sociedade civil. Há hoje uma maior adesão aos ideais igualitários e dispomos de um conjunto de instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais para promover a igualdade de oportunidades e direitos entre mulheres e homens.

Se, por um lado, são inegáveis as conquistas alcançadas, por outro, não podemos deixar de as considerar insuficientes: nenhum país do mundo atingiu a igualdade entre mulheres e homens e, ao ritmo atual, o fosso na situação de uns e outras só deverá ser fechado dentro de 170 anos (*World Economic Forum, 2016*). Assumindo diversas formas e graus nas diferentes sociedades, as desigualdades refletem-se expressivamente em indicadores relativos à participação na vida pública (emprego, política, educação, etc.) e na vida privada (responsabilidades e tarefas domésticas e familiares).

O sexismo, presente nas ações e pensamentos quotidianos, prende mulheres e homens a papéis de género estereotipados e mantém as mulheres numa situação de desvantagem: limita o acesso e o controle que têm sobre os recursos; torna-as vulneráveis à violência de género; desvaloriza os seus contributos; condiciona expectativas e escolhas, limita as oportunidades de realização e a participação plena na esfera pública.

Sendo correntes a discriminação e a “naturalização” das desigualdades, é fundamental educarmos os olhares, para que

se tornem, em todas as situações, interrogativos e críticos. É fundamental que se faça uma integração transversal de uma perspetiva de género: qualquer que seja a iniciativa, medida ou temática em foco (pobreza, educação, desigualdades económicas, poluição, recursos naturais, comércio, agricultura, democracia, etc.), faz sentido pensar as relações entre os sexos e analisar o impacto diferenciado que têm para os homens e mulheres.

Na nossa perspetiva, não é possível falar em Desenvolvimento Sustentável sem falar de Igualdade, que assumimos como uma dimensão que lhe é intrínseca. Esta perspetiva está em sintonia, aliás, com os ODS, que conferem ao “empoderamento das mulheres e raparigas” um estatuto de objetivo “por direito próprio”.

A Igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens é também um instrumento de promoção do Desenvolvimento Sustentável, que é potenciado pela participação plena das mulheres e pelo uso das suas capacidades em todos os espaços da vida económica, social e política.

'SE, POR UM LADO, SÃO INEGÁVEIS AS CONQUISTAS ALCANÇADAS, POR OUTRO, NÃO PODEMOS DEIXAR DE AS CONSIDERAR INSUFICIENTES: NENHUM PAÍS DO MUNDO ATINGIU A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E, AO RITMO ATUAL, O FOSSO NA SITUAÇÃO DE UNS E OUTRAS SÓ DEVERÁ SER FECHADO DENTRO DE 170 ANOS.'

Para que o contributo das mulheres na promoção do Desenvolvimento Sustentável se torne mais efetivo, é necessário, entre outras coisas, que ocupem lugares estratégicos em áreas que são chave no Desenvolvimento Sustentável, nas quais as mulheres têm estado sub-representadas: nas profissões ligadas à ciência e tecnologias e nos cargos de decisão económica e política.

Maria de Lourdes Pintasilgo reconheceu o valor social e cultural decisivo para o futuro desta presença feminina nos



lugares de decisão. Valorizando a “cultura das mulheres” e sua “experiência milenar” de atenção à estreita relação entre todas as funções da vida, acreditava que teriam condições de fazer emergir novos modos de gestão da vida na sociedade, mais próximos dos problemas reais dos povos e das pessoas (Pintasilgo, 2004).

O mundo em que vivemos não é justo, nem sustentável. É nossa convicção que a construção de um outro mundo possível terá de passar pela construção da igualdade entre homens e mulheres e não poderá dispensar o contributo destas últimas

na procura de vitais equilíbrios entre povos, ricos e pobres, gerações atuais e futuras, entre os seres humanos e a natureza...

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**COUTINHO, ANTÓNIA, GRÁCIO, FÁTIMA, JORGE, NOÉMIA, BORGES SANTOS, PAULA E TAVARES DA SILVA, REGINA (ORG.)** (2012). PARA UM NOVO PARADIGMA: UM MUNDO ASSENTE NO CUIDADO. ANTOLOGIA DE TEXTOS DE PINTASILGO. PORTO: EDIÇÕES AFRONTAMENTO.

**ALLEGRO DE MAGALHÃES, ISABEL (COORD.)** (2005), PALAVRAS DADAS DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO, LISBOA: LIVROS HORIZONTE.

**UNRIC** – CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA OCIDENTAL (2016). GUIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO. LISBOA: **UNRIC**.



## POR UM MUNDO MAIS SUSTENTÁVEL, MAIS FELIZ E MAIS SEGURO

KARINA CARVALHO

DIRETORA EXECUTIVA DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE /  
TRANSPARENCY INTERNATIONAL PORTUGAL

Nos últimos anos, uma sucessão de conflitos armados e perseguições forçaram a deslocação a milhões de pessoas dos seus locais de residência e países de origem, provocando uma crise humanitária sem precedentes.

Por isso mesmo a violência, nas suas múltiplas manifestações, é foco do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 - *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.*

'O ODS16 É DE ENTRE TODOS OS  
O EXEMPLO MAIS PARADIGMÁTICO  
DE UMA AGENDA QUE, EMBORA  
MANTENDO O FOCO NA  
ERRADICAÇÃO DA POBREZA,  
REPRESENTA UM PROGRESSO  
SIGNIFICATIVO RELATIVAMENTE  
AOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO.'

É relativamente consensual de que este objetivo é um dos mais transformadores da Agenda 2030. No entanto, pela sua natureza holística, é igualmente controverso e desafiante.

Na senda do princípio da justiça como equidade de John Rawls - entendida conquanto o justo e o bem são complementares e que uma conceção de justiça deve combinar ambas as ideias do justo e do bem através de um modo de estruturação da sociedade que as estabeleça em igualdade de circunstâncias - o ODS16, não elege apenas a promoção da paz como nuclear, mas também outras formas de violência (e desigualdade) menos reconhecidas, mas com igual impacto na implementação da Agenda 2030, de entre as quais se destacam:

**/ 1** Os sistemas legais e judiciais que subvertem (ou excluem por completo) o exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos que constituem uma forma extrema de violência e de injustiça que aniquilam o desenvolvimento;

**/ 2** A corrupção, o nepotismo, o suborno, a fraude e evasão fiscal, que desviam milhões de euros todos os anos, dinheiro que poderia ser usado em prol da criação de riqueza promotora do desenvolvimento social e económico;

**/ 3** O acesso diferenciado à Justiça e a falta de “sentido de justiça”, que extremam as desigualdades sociais;

**/ 4** As instituições públicas ineficazes, despóticas ou muito pouco transparentes, que aniquilam a criação de espaços de liberdade e de participação cívica que convergem para o retrocesso na defesa dos direitos das minorias sociais e étnicas, bem como dificultam a formação da consciência ambiental e a prossecução de atitudes de consumo responsáveis.

Por isso mesmo, o ODS16 é de entre todos os o exemplo mais paradigmático de uma agenda que, embora mantendo o foco na erradicação da pobreza, representa um progresso significativo relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Através da sua implementação, a Agenda 2030 constitui um plano de ação mais universal e mais inclusivo, reforça a interdependência dos seus objetivos, e exige o estabelecimento de um modelo de governança em que governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos desempenham o seu papel numa idêntica situação de liderança para o desenvolvimento, cada um trazendo o seu *expertise* para o desenho e cumprimento dos planos e políticas nacionais de desenvolvimento, participando ativamente na sua monitorização e avaliação.

Ao mesmo tempo, o ODS16 demanda das Organizações da Sociedade Civil (OSC) que se assumam a todo o tempo



proativas e continuamente engajadas no esforço coletivo em prol do desenvolvimento, ainda que, enquanto um fim em si mesmo, comporte desafios acrescidos.

Na verdade, exige das OSC que descolem da lógica do espaço de intervenção de *desenvolvimento* que, não raras vezes, emerge das falhas do Estado, isto é, do poder de influência conquistado em razão de insuficiência política, administrativa

ou económica do Estado em suprir necessidades básicas. Em alternativa, deverão progredir para uma lógica programática alicerçada em pilares e estruturas-base *para o desenvolvimento*, assumindo desse modo uma posição de liderança – inclusive em termos de regulamentação – nas políticas de integridade, laborais, de assistência social, de cuidados de saúde, de cooperação, entre outras que têm como objetivo maior fazer do mundo um lugar mais sustentável, feliz e seguro.



## À CONVERSA COM...

**JOACINE KATAR MOREIRA**

INVESTIGADORA DO CEI ISCTE-IUL

ENTREVISTA REALIZADA POR  
**CARLOTA BICHO**  
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

### **NA SUA OPINIÃO, DE QUE FORMA SE PODE ENQUADRAR A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO CONTEXTO DE UM MUNDO GLOBALIZADO E DESIGUAL?**

Na sua obra *Orientalismo*, Edward Said afirma que “as ideias, culturas e histórias não podem ser estudadas sem que a sua força, ou mais precisamente a sua configuração de poder, seja também estudada.” Todas as discriminações são frutos de uma configuração de poder, seja ela política, sócio-cultural ou simbólica, que serve propósitos muitos concretos. A desigualdade de género serve a manutenção

'TODAS AS DISCRIMINAÇÕES SÃO FRUTOS DE UMA CONFIGURAÇÃO DE PODER, SEJA ELA POLÍTICA, SÓCIO-CULTURAL OU SIMBÓLICA, QUE SERVE PROPÓSITOS MUITOS CONCRETOS.'

da dominação institucional masculina e é tendencialmente heteronormativa. As discriminações com base nos rendimentos ou de classe, servem o capitalismo e a manutenção das elites no comando das sociedades, ao mesmo tempo que originam a pobreza cíclica e o subdesenvolvimento. O racismo tem sido a base das relações raciais que se foram construindo ao longo da História e traz marcas do passado na forma como nos relacionamos no momento presente. Apesar do avanço tecnológico, da globalização e das dinâmicas financeiras mundiais, o mundo pouco mudou em termos das relações raciais. Aliás, poderia mesmo dizer que este cenário global acicou as desigualdades existentes e reforçou o racismo estrutural no interior das sociedades. No capitalismo e nas dinâmicas neoliberais, a mão de obra mais barata continua a ser a mão de obra negra, pobre e feminina. Nas várias sociedades, a condição social da população negra é assustadoramente semelhante, sendo caracterizada pela pobreza, pela baixa escolaridade, pelos empregos precários e pela invisibilização social e política. De salientar também que a juventude negra constitui uma grande percentagem da população prisional e tem sido a maior vítima da violência policial num mundo teoricamente mais próximo, mais desenvolvido e de grande circulação de pessoas e bens.

### **DE QUE FORMAS É QUE A DISCRIMINAÇÃO RACIAL IMPACTA NO ACESSO DAS PESSOAS AOS SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS?**

A base do racismo é a inferiorização da pessoa negra e a sua exclusão das esferas do poder. No passado colonial criaram-se leis, estudos científicos e convicções religiosas para legitimar esta suposta inferioridade e a desumanização das mulheres e dos homens negros. Finda a escravatura,

mas não o colonialismo, a força de trabalho da população negra serviu o capitalismo e a industrialização. Findo o colonialismo – no caso de Portugal foi tardio, há menos de 50 anos – o racismo estrutural e as políticas de imigração serviram para garantir a invisibilidade e o silenciamento das comunidades negras nas sociedades onde se encontravam. Isto para dizer que trata-se de uma questão histórica a retirada dos direitos fundamentais às negras e negros. No caso de Portugal, isto pode ser mudado com a alteração da lei da nacionalidade que permita que quem nasça em Portugal seja português; com a recolha dos dados étnico-raciais que permitirá uma radiografia da sociedade portuguesa que pode e deve ser usada para combater o racismo institucional; com a desburocratização dos serviços de estrangeiros e fronteiras; com políticas sociais de combate à pobreza e à exclusão, que envolva na sua elaboração elementos das comunidades visadas e com o incremento da cidadania imigrante.

### **DE QUE FORMA SE PODE PROMOVER UMA CIDADANIA ATIVA CONSCIENTE DESTAS QUESTÕES?**

Destacaria duas áreas que considero fundamentais para a promoção de uma cidadania ativa anti-racista, que são o ensino e a política partidária. O ensino porque é o espaço por excelência da formação dos indivíduos e porque a escola é um dos primeiros espaços comunitários (e políticos) a que pertencemos. Aqui, o ensino da História tem sido muito importante para a forma como nos auto-percebemos como povo e como vemos os outros. É urgente a revisão dos manuais escolares e novas perspetivas em temáticas como o Colonialismo, a Escravatura e o tráfico de pessoas escravizadas. Continuar a retratar os africanos como seres passivos, sedentos de civilização e sub-



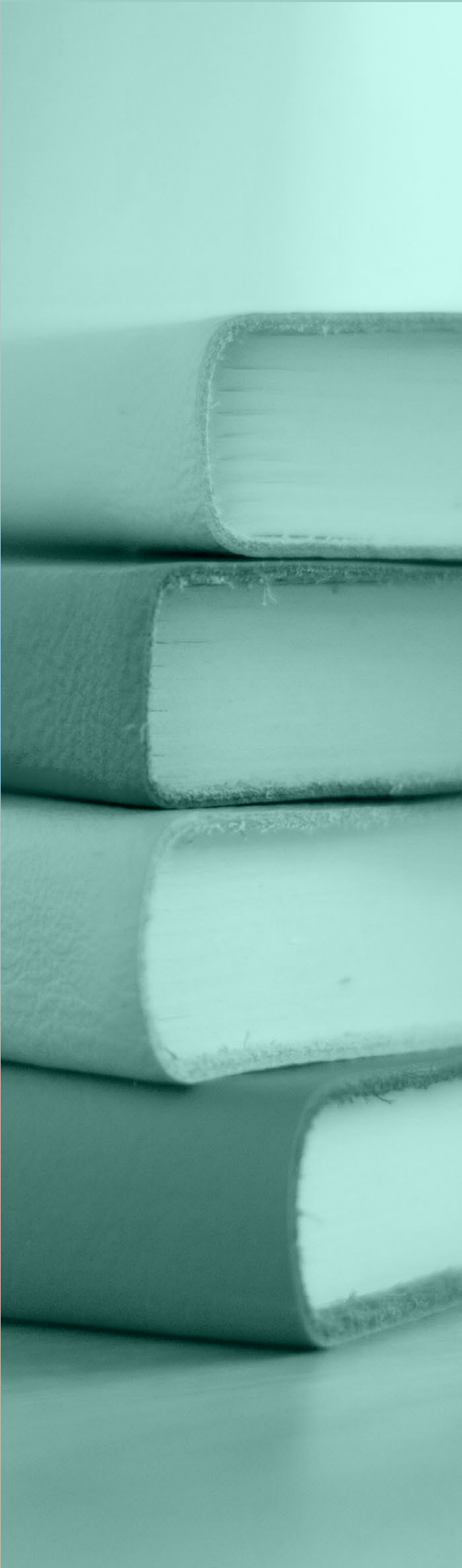
desenvolvidos, e em descrever humanos que foram escravizados como produtos, como exemplifica a frase “Os portugueses traziam de África ouro, escravos, marfim e malaguetas – produtos de grande valor”, retirado de um manual do 5º ano de 2016, criam um tipo de cidadania que é assente na inferiorização total dos outros povos e culturas. A política partidária, por seu lado, para que possamos ver representadas na Assembleia da República a diversidade que caracteriza a sociedade portuguesa, lutando contra o afastamento de mulheres e homens negros nos espaços de decisão.

**QUAL DEVERÁ SER O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE AO RACISMO, TANTO NO NÍVEL NACIONAL COMO INTERNACIONAL?**

A sociedade civil tem um papel importante no combate ao racismo, na medida em que atua em áreas-chave como a luta contra a pobreza, a igualdade de género, a educação e a formação. Uma das formas imediatas é criar equipas com representatividade negra e adotar uma postura anti-colonialista e anti-racista nas suas abordagens teóricas e nas intervenções sociais.



JOACINE MOREIRA



---

**RECURSOS FUNDAMENTAIS**

- World Inequality Lab, “World Inequality Report” (2018)*
- Center for Economic and Social Rights, “From Disparity to Dignity” (2016)*
- Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) “The Inefficiency of Inequality.” (2018)*
- Kate Donald, “Tackling inequality: the potential of the Sustainable Development Goals” (2017)*
- Oxfam, “Reward work, not wealth” (2018)*

**‘SITES’ DE REFERÊNCIA**

- World Inequality Database*
  - Dollar Street*
  - Observatório das Desigualdades*
  - Portugal Desigual*
-

# SALVAGUARDAR O FUTURO PARA QUE NINGUÉM – NEM OS MAIS VULNERÁVEIS – SEJA EXCLUÍDO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

SANDRA FARIA ARAÚJO  
DIRETORA EXECUTIVA DA EAPN PORTUGAL

Os fenómenos de pobreza e as desigualdades surgem normalmente associados à perda de oportunidades e outras consequências graves não só para as pessoas que os experienciam, como para toda a sociedade. Os resultados de estudos sobre as desigualdades de rendimento nos países mais ricos do mundo permitem-nos constatar que nas sociedades em que existem maiores diferenças de rendimento, os problemas agravam-se e multiplicam-se, nomeadamente ao nível da saúde, física e mental; da toxicodependência; da violência e da criminalidade. Por outro lado, as sociedades em que existe uma menor diferença de rendimento entre os ricos e os pobres tendem a ser mais coesas, existe uma vida comunitária mais forte, os níveis de confiança são mais altos e há menos violência. De facto, a grande maioria da população parece beneficiar de uma distribuição mais igualitária do rendimento. E não temos razões para acreditar que o mesmo não seja verdade de uma distribuição menos desigual da riqueza.

A missão da EAPN Portugal, organização nacional, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, com estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) é precisamente contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam cor-

responsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva. Criada em 1991, ao longo destes quase 27 anos de vida, a EAPN Portugal tem procurado ser uma organização atenta à situação da pobreza e da exclusão social, não só ao nível nacional e local, mas também europeu, incidindo a sua intervenção nas entidades que trabalham diretamente com esta problemática, mobilizando as pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade social, à participação e produzindo pensamento crítico que seja uma mais-valia para a definição de políticas sociais mais eficazes. Neste sentido a sua ação divide-se em atividades de formação, informação, investigação e lobby.

A concretização da nossa missão implica garantir que as organizações que atuam no terreno, no campo da luta contra a pobreza e exclusão social, possuam as necessárias competências, conhecimentos, estruturas e recursos para a compreensão qualificada do problema da pobreza e exclusão social. Por isso, a formação assume um papel chave na ação da EAPN, propondo um olhar frontal sobre o fenómeno.

A pobreza não é uma questão residual e não se resolve com ações específicas de assistência social. Também não é uma inevitabilidade. É antes o resultado da escolha de um modelo de desenvolvimento económico que privilegia o lucro do capital financeiro, favorece a concentração da riqueza e a polarização da sociedade. Se queremos vencer o desafio da erradicação da pobreza no nosso país, temos que tomar medidas políticas sérias, à luz do que está consignado nos Direitos Humanos, para salvaguardar as pessoas que se veem privadas de exercer a sua plena cidadania e dignidade. Mais do que assistir pontualmente, com ações avulsas, é necessário concertar políticas para ações globais duradouras e justas. Neste sentido, a EAPN Portugal manteve ao longo destas quase três décadas uma contínua e clara posição sobre a necessidade de alterar as estruturas económicas, sociais, políticas e culturais, sob pena de dificilmente se poderem registar avanços substantivos na erradicação da pobreza e da exclusão social.

Situando a problemática da pobreza ao nível dos Direitos Humanos, a atuação da EAPN Portugal tem estado voltada para a formulação de propostas que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que vivenciam a pobreza e a desigualdade, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela conquista





EAPN.

da sua vida e da sua humanidade. Partindo do princípio de que ninguém melhor do que as pessoas em situação de pobreza conhecem a dimensão dos seus problemas e a prioridade que atribuem à aplicação das medidas a tomar, a EAPN Portugal sempre defendeu que a participação dos próprios na formulação e implementação de estratégias de redução da pobreza resulta em políticas mais eficientes e, portanto, numa redução da pobreza.

'PARTINDO DO PRINCÍPIO DE QUE NINGUÉM MELHOR DO QUE AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA CONHECEM A DIMENSÃO DOS SEUS PROBLEMAS E A PRIORIDADE QUE ATRIBUEM À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS A TOMAR, A EAPN PORTUGAL SEMPRE DEFENDEU QUE A PARTICIPAÇÃO DOS PRÓPRIOS NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DA POBREZA RESULTA EM POLÍTICAS MAIS EFICIENTES E, PORTANTO, NUMA REDUÇÃO DA POBREZA.'

Além do mais, a participação habilita os responsáveis pela formulação das políticas a incorporar as prioridades e as opiniões dos próprios e a melhor entender a pobreza que, para aqueles que a vivenciam, é muito mais do que falta de rendimento.

Com o processo de territorialização e a implantação de núcleos em todos os distritos do país, a EAPN Portugal reforçou a sua capacidade de mobilizar, apoiar e acompanhar grupos locais de cidadãos que vivenciam, ou já vivenciaram, situações de pobreza e/ou exclusão social, privilegiando estratégias emancipatórias de intervenção, que visam a transformação das causas e a implicação dos indivíduos, de modo a promover uma participação efetiva, a tomada de consciência e reivindicação e o reforço das suas competências.

Apesar das dificuldades inerentes à natureza do processo de participação, a aposta da EAPN Portugal na ativação e acompanhamento do Conselho Nacional e dos Conselhos Locais de Cidadãos ganhou centralidade no seio da organização e trabalho em rede que efetuamos, transformando-se numa das suas prioridades e influenciando muitas iniciativas em todas as suas áreas de intervenção.

Porque compete à sociedade intervir no sentido de que o futuro seja salvaguardado e não há futuro quando uma parte da nação se encontra excluída do processo de desenvolvimento!

# COMÉRCIO JUSTO: DAS LUTAS CONTRA AS DESIGUALDADES ÀS LÓGICAS DE MERCADO

STÉPHANE LAURENT  
MEMBRO DA EQUIPA DO CIDAC

O Comércio Justo nasceu no final dos anos sessenta tendo na sua origem a vontade de reconfigurar as relações comerciais injustas entre os produtores e produtoras de pequena escala das periferias e do centro, com vista a abolir as assimetrias e injustiças vigentes no modelo capitalista dominante. A luta contra as desigualdades é então constitutiva do conceito e das práticas associadas a esta alternativa económica e concretiza-se através da definição e pagamento de um preço justo, do estabelecimento de relações de longo prazo, da previsibilidade e do pré-financiamento até 50% das encomendas, do respeito pelos direitos humanos, laborais e ambientais. Associada a esta dimensão económica que privilegia as pessoas e o ambiente contra a estrita acumulação, o Comércio Justo desenvolveu desde o início uma

'ASSOCIADA A ESTA DIMENSÃO  
ECONÓMICA QUE PRIVILEGIA AS  
PESSOAS E O AMBIENTE CONTRA A  
ESTRITA ACUMULAÇÃO, O COMÉRCIO  
JUSTO DESENVOLVEU DESDE O INÍCIO  
UMA DIMENSÃO EDUCATIVA COM O  
OBJETIVO DE GERAR UMA ADESÃO  
BASEADA NUM ENTENDIMENTO CLARO  
DAS CAUSAS DAS INJUSTIÇAS.'

dimensão educativa com o objetivo de gerar uma adesão baseada num entendimento claro das causas das injustiças. Neste sentido, o Comércio Justo conjuga práticas comerciais alternativas e educação como meios de lutar contra as desigualdades.

Estes dois pilares, ao longo da evolução do Comércio Justo, sofreram uma erosão, proporcional ao seu reconhecimento e sucesso e provocada pelos atores dominantes deste movimento e pelos atores da economia convencional.

Este fenómeno de erosão começou com a entrada dos produtos de Comércio Justo na grande distribuição alimentar, passando da esfera associativa e cooperativa para a do setor privado lucrativo. Com esta transição, afirmou-se a necessidade da certificação dos produtos, pois as grandes superfícies não têm por vocação informar qualitativamente os consumidores e as consumidoras sobre as desigualdades, os produtores e as produtoras e os seus projetos. A certificação de modelo FLO (Fair Trade Labeling Association) centrou-se inicialmente nas pequenas estruturas de produtores familiares, mas evoluiu para a certificação de outros modelos produtivos que respondem mais às preocupações dos atores da economia dominante do que as das organizações dos produtores e das produtoras.

Estas novas áreas de certificação abrangem, por exemplo, as grandes explorações agrícolas baseadas no recurso a trabalho assalariado, longe dos objetivos iniciais do Comércio Justo em reforçar as capacidades organizativas e de reivindicação de cooperativas camponesas. Um artigo recente do diário francês Libération apontava os efeitos muito limitados ou contraditórios deste tipo de abordagem em explorações de banana na República Dominicana, em que o único requisito em termos de remuneração dos jornaleiros é o pagamento dos mínimos legais<sup>1</sup>... Um outro campo que se abriu à certificação do Comércio Justo é o da agricultura sob contrato, modelo promovido pelas multinacionais em que estas financiam a produção, fornecem os inputs produtivos, organizam a recolha dos produtos junto de produtores individuais que se comprometem a vender a um preço fixo e a entregar a uma data fixa. Mais uma vez, vemos que o sistema de certificação se associa a um modelo que desfavorece amplamente qualquer tipo de reforço da organização coletiva dos produtores e das produtoras. Último passo neste campo consiste na certificação por ingredientes. Esta nova certificação permite, por exemplo, certificar uma barra de chocolate na qual só o cacau é oriundo do Comércio Justo, sendo o açúcar ou a baunilha proveniente da produção convencional.



'ESTAS NOVAS ÁREAS DE CERTIFICAÇÃO ABRANGEM, POR EXEMPLO, AS GRANDES EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS BASEADAS NO RECURSO A TRABALHO ASSALARIADO, LONGE DOS OBJETIVOS INICIAIS DO COMÉRCIO JUSTO EM REFORÇAR AS CAPACIDADES ORGANIZATIVAS E DE REIVINDICAÇÃO DE COOPERATIVAS CAMPONESAS.'

Estas evoluções, lidas por um número crescente de atores como um afastamento dos objetivos originais do Comércio Justo, suscitam cada vez mais mal-estar junto das organizações de produtores e produtoras e das suas estruturas de representação nacionais ou internacionais. Por outro lado os consumidores e consumidoras confrontam-se com um sistema de selos de certificação cada vez mais ilegível, que oculta com que tipo de Comércio Justo se confrontam, pois produtos oriundos de uma cooperativa camponesa gerida pelos seus sócios e sócias não é a mesma coisa do que os provenientes de uma

grande exploração agrícola com um dono e trabalhadores e trabalhadoras assalariados. Várias organizações históricas do Comércio Justo na Europa começam a afastar-se deste tipo de certificação enquanto que organizações de produtores, nomeadamente na América Latina, lançaram um sistema de certificação alternativo que tem em conta as suas reais preocupações. Este fenómeno testemunha mais uma vez o afastamento dos atores dominantes do Comércio Justo e dos seus parceiros da economia convencional, multinacionais e outras redes de grande distribuição, da luta contra as desigualdades em benefício das lógicas do mercado e da acumulação.

O nosso maior receio, no CIDAC e nas organizações que ainda defendem e praticam um Comércio Justo comprometido com uma mudança radical do paradigma económico que rege o comércio internacional, é que esta cada vez maior diluição do Comércio Justo dominante na economia de mercado leve a uma descredibilização e desconfiança tal por parte dos cidadãos e cidadãs que possa levar a um desmoronamento geral das iniciativas, e que, no final da cadeia, seja o conjunto dos produtores e produtoras a pagarem um preço injusto pelo pragmatismo de alguns.

<sup>1</sup> [HTTP://WWW.LIBERATION.FR/FUTURS/2017/08/28/DES-BANANES-BIO-EQUITABLES-MAIS-PAS-RECOMMANDABLES\\_1592527](http://www.liberation.fr/futurs/2017/08/28/des-bananes-bio-equitables-mais-pas-recommandables_1592527)



DÉNIA CLAUDINO, CIDAC.





**15** LIFE ON LAND

**16** PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS

**CLIMATE ACTION**

**12** RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION

**9** INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE

**6** CLEAN WATER AND SANITATION

**2** ZERO HUNGER



# O PROJETO EUROPA NO MUNDO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

PEDRO CRUZ

COORDENADOR DO PROJETO 'EUROPA NO MUNDO'

O mundial de seleções de Futebol é um dos principais eventos desportivos globais, com uma projeção pública e mediática quase sem paralelo. Pelo seu impacto, o Mundial de Futebol deveria ser também uma oportunidade para valorizar os direitos humanos e a promoção de um mundo global mais justo, solidário e sustentável. No entanto, tomando como exemplo a seleção Inglesa, que representa o país com a liga de futebol mais importante, mediática e que mais dinheiro movimenta anualmente (mais de 5 mil milhões de euros/ano), o respeito pelos direitos Humanos parece não ser um fator considerado relevante. O Jornal Telegraph publicou no final de maio uma

'O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO, CLARAMENTE INSUSTENTÁVEL, TEM SIDO BASTANTE EFICAZ NO CRESCIMENTO DA RIQUEZA, MAS TEM MOSTRADO SER IGUALMENTE INEFICAZ EM DISTRIBUÍ-LA DE FORMA JUSTA E EQUITATIVA.'

notícia em que referia que os equipamentos que os milionários jogadores ingleses vão usar no Mundial 2018 são feitos numa fábrica do Bangladesh, onde os trabalhadores ganham menos de 25 cêntimos de euros por hora.

Está é uma forma de dizer: Vivemos num mundo de extremos. Nunca tantos bens de luxo foram vendidos e nunca tanta riqueza foi produzida. Ao mesmo tempo milhões de pessoas em todo o mundo continuam a ser vítimas de violência, discriminação, fome, doenças, opressão e pobreza extrema. Segundo dados publicados pela OXFAM, 82% da riqueza criada em 2017 foi para os bolsos dos 1% mais ricos da população mundial, enquanto que, 3,7 mil milhões de pessoas (a metade mais pobre da população) não beneficiou de qualquer aumento nos seus rendimentos.

'OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), MESMO CONTENDO MUITAS LACUNAS E IMPERFEIÇÕES, CRIAM OPORTUNIDADES PARA ENFRENTARMOS ESTAS DESIGUALDADES.'

O atual modelo de desenvolvimento, claramente insustentável, tem sido bastante eficaz no crescimento da riqueza, mas tem mostrado ser igualmente ineficaz em distribuí-la de forma justa e equitativa. Esta injustiça estrutural e institucional tem resultado num constante aumento das Desigualdades entre países e, em muitos casos, dentro dos países.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mesmo contendo muitas lacunas e imperfeições, criam oportunidades para enfrentarmos estas desigualdades. Afinal, se o lema da Agenda 2030 é “Transformar o nosso mundo, não deixar ninguém para trás”, isso implica colocarmos as pessoas, especialmente as que mais sofrem com as desigualdades, no centro de todas as políticas de desenvolvimento.

O projeto Europa no Mundo, uma iniciativa de 25 Organizações da Sociedade Civil de 15 Estados membros da União Europeia que até 2020 vão trabalhar conjuntamente com base nos ODS, tem como foco temático, em 2018, o combate às Desigualdades.

Uma das atividades previstas é implementação de uma campanha que tem como foco precisamente o Combate às Desigualdades, em todas as suas formas: de género, económica, no acesso a água potável e outros bens de primeira necessidade, fiscal, inclusão de grupos marginalizados nos processos de decisão política, etc.

Os objetivos da campanha são:

- / Promoção de uma maior consciencialização pública relativamente à necessidade de reduzir as desigualdades;
- / Pressionar os decisores políticos para que tomem medidas mais eficazes de diminuição das desigualdades, quer na Europa quer a nível internacional;
- / Reforçar o papel da Sociedade Civil Europeia na monitorização da implementação dos ODS.

Esta campanha decorrerá até junho de 2019 e englobará diferentes tipos de atividades dirigidas a diferentes públicos alvo

(estudantes, decisores políticos, media e jornalistas, população em geral) aproveitando diferentes instrumentos e meios de comunicação (redes sociais, media, ações de rua, seminários e formações).

Nenhuma mudança relevante de políticas será conseguida se não for, pelo menos parcialmente, motivada pelo envolvimento ativo de um número significativo de cidadãos e cidadãos de um país. Esta campanha pretende também dar espaço para que o envolvimento se possa concretizar e que o ODS 10 e as suas metas possam ser conseguidas, até 2030.

---

## ODS 10: REDUZIR AS DESIGUALDADES NO INTERIOR DOS PAÍSES E ENTRE PAÍSES

/ Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional

/ Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra

/ Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

/ Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

/ Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

/ Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas

/ Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas

/ Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio

/ Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais

/ Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%





## POLICY COHERENCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT 2018: TOWARDS SUSTAINABLE AND RESILIENT SOCIETIES

por OCDE

em 2018

língua INGLÊS

A edição de 2018 da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável mostra como políticas integradas e coerentes, apoiadas por fortes mecanismos institucionais, podem contribuir para a “Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes”. O relatório aplica os elementos institucionais, analíticos e de monitoramento da estrutura de “coerência política para o desenvolvimento sustentável” para identificar os desafios e as oportunidades que os governos enfrentam à medida que implementam os ODS, tanto em nível nacional quanto coletivamente em nível global.



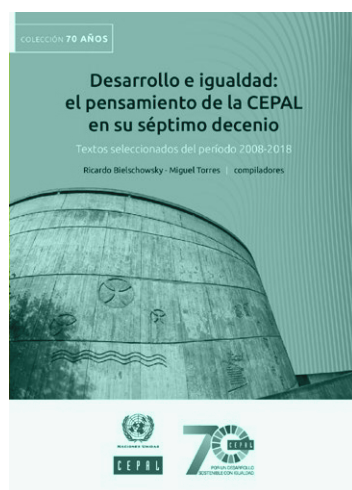
## TURNING PROMISES INTO ACTION: GENDER EQUALITY IN THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

por ONU MULHERES

em 2018

língua INGLÊS

“Turning promises into action: Gender equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development” é um relatório da ONU Mulheres que oferece uma visão global dos avanços, lacunas e desafios na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do ponto de vista do gênero. O relatório monitora as tendências globais e regionais para alcançar os ODS para mulheres e meninas com base nos dados disponíveis, e fornece orientação prática para a implementação de políticas.



## DESARROLLO E IGUALDAD: EL PENSAMIENTO DE LA CEPAL EN SU SÉPTIMO DECENIO. TEXTOS SELECCIONADOS DEL PERÍODO 2008-2018

por CEPAL

em 2018

língua INGLÊS

Este livro apresenta uma seleção de textos preparados pela CEPAL entre 2008-2018 e continua os trabalhos “Cinquenta anos de reflexão na CEPAL: Textos seleccionados (1998)” e “Sessenta anos da CEPAL: textos seleccionados da década 1998-2008 (2010)”. Nestas páginas, o leitor encontrará uma amostra das contribuições mais importantes da CEPAL aos debates sobre os problemas contemporâneos do desenvolvimento na América Latina e no Caribe e as políticas recomendadas para superá-los.



## ESTUDO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

por PATRÍCIA MAGALHÃES

em 2018

língua PORTUGUÊS

As políticas e medidas implementadas pela comunidade internacional têm contribuído para potencializar o contributo da paz para o desenvolvimento (e do desenvolvimento para a paz)? Como assegurar uma ligação mais efetiva e positiva entre segurança e desenvolvimento? O estudo “Segurança e Desenvolvimento” produzido no âmbito do projeto “Coerência.pt: o Eixo do Desenvolvimento mais Justo, mais Digno, mais Sustentável”, pretende responder de forma sucinta a algumas destas questões, constituindo-se num instrumento para informação de todos os interessados e para auxiliar a tomada de decisão.



## GLOBAL TRENDS

por UNHCR

em 2018

língua INGLÊS

O relatório Tendências Globais do ACNUR é divulgado a cada ano antes do Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho). A publicação monitora o deslocamento forçado com base em dados coletados pela agência da ONU, por governos e outros parceiros. Guerras, violência e perseguições levaram o deslocamento forçado em todo o mundo para um novo recorde em 2017. Pelo quinto ano consecutivo, o número de pessoas que tiveram de deixar seus lares chegou a um patamar inédito — 68,5 milhões de indivíduos. É o que revela o relatório anual Tendências Globais (Global Trends) de 2018.



## GLOBAL NGO TECHNOLOGY REPORT

por NON PROFIT TECH FOR GOOD E PUBLIC INTEREST REGISTRY

em 2018

língua PORTUGUÊS

O Global NGO Technology Report é um projeto de investigação anual que procura entender melhor como as organizações não-governamentais (ONG) usam a tecnologia, nomeadamente como usam as comunicações via web e e-mail, ferramentas de captação de recursos on-line, social media, tecnologia móvel e gestão de dados e software de segurança. Este estudo é fruto de uma parceria fruto de uma parceria entre a Public Interest Registry e a Non profit Tech for Good.

**ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

**ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**ADIRN** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE

**ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

**ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

**AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

**AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

**AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

**APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

**APDES** AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

**ASSOCIAÇÃO HELPO**

**ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS

**ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

**ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**CÁRITAS PORTUGUESA**

**CHAPITÔ**

**CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

**CONCEITOS DO MUNDO** ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

**EQUIPA D’ÁFRICA**

**EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

**FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

**FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

**FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

**FUNDAÇÃO BOMFIM**

**FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO**

**G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

**GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

**HEALTH4MOZ**

**ICE** INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS

**IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

**IPAV** INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

**LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**MDM – P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

**MENINOS DO MUNDO**

**MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

**MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

**MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

**OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA**

**ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

**RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

**ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

**SAÚDE EM PORTUGUÊS**

**SAPANA**

**SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS

**SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

**TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

**UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

**URB-ÁFRICA** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

**VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

**VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

**VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

**WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER

COM O APOIO DE



EM COLABORAÇÃO COM



OS CONTEÚDOS DESTES DOCUMENTOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS E NÃO PODEM, EM CASO ALGUM, SER CONSIDERADOS COMO EXPRESSÃO DAS POSIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA